

BOLETIM ADUNICAMP

http://www.adunicamp.org.br e-mail: adunica@uol.com.br tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 25 30/11/98

O novo pacote: sacrifício inútil por uma causa errada

José Ricardo Figueiredo

O governo e a grande imprensa asseguram que a política econômica brasileira vinha muito bem até ocorrerem os problemas da Ásia e da Rússia, que ameaçam nos contagiar. Esta assertiva tem pontos de contato com a realidade: temos uma aparentemente duradoura estabilização monetária, e o alarme de que algo não estava bem foi soado com as crises cambiais na Ásia e na Rússia. Mas estes pontos de contato com a realidade não tornam a argumentação governamental verdadeira, ainda que tornem a denúncia de sua mentira mais complexa.

A principal diferença do atual plano econômico em relação aos anteriores foi a abertura para produtos importados. A diminuição radical das tarifas de importação e a grande valorização da moeda nacional pressionaram para baixo os preços de alimentos, roupas, artigos eletro-eletrônicos, enfim tudo que pudesse ser importado. A "âncora cambial" explica o sucesso do Plano Real em conter a inflação, assim como explica os problemas que surgiram.

Nos primeiros meses do Real a festa de consumo escondeu qualquer problema. Em seguida a concorrência dos importados passou a comprometer a agricultura e as indústrias brasileiras de tecidos, brinquedos, calçados, autopeças e outras. Passamos a ouvir cada vez mais as palavras falência, inadimplência e desemprego. Ainda mais grave era a bomba que esta política armava para o futuro através do crescente desequilíbrio na balança de pagamentos: déficit de 17 bilhões de dólares em 1995, de 24 bilhões em 96, de 34 bilhões em 97, algo da mesma ordem em 98.

Deste déficit decorre uma dependência suicida de capitais estrangeiros. Para atrair capitais externos oferecemos juros estratosféricos, que arruinam a economia privada e as finanças públicas. Alienamos as empresas brasileiras, públicas e privadas, a preços aviltados. Ofertamos vantagens fiscais e creditícias despudoradas para que as multinacionais invistam aqui. Abolimos direitos trabalhistas e previdenciários. Adotamos uma Lei de Patentes que inviabilizou esforços de independência tecnológica. O país se pôs de joelhos pelos tais dólares.

Apesar disto, toda espiral de endividamento acaba assustando o credor, que em algum momento corta o crédito. É o que se passa com o Brasil, como se passou com a Rússia e os países asiáticos que adotaram a mesma política irresponsável. Não existe uma crise externa que ameaça contaminar nosso país, existe sim, no Brasil e em outros países, uma política econômica que nos colocou no centro de uma crise mundial em curso.

A atribuição de causas externas aos problemas nacionais foi uma mentira de objetivo e consequência

eleitorais evidentes. Os mais bem informados esperavam que depois das eleições o governo atuasse, duramente até, para corrigir os problemas da política econômica. A grande surpresa do atual pacote econômico é, não a gravidade das medidas, mas o fato do governo não ter feito nada contra o problema mais agudo da atual política econômica, que está no câmbio.

O pacote tem como alvo o déficit público: aumenta impostos e reduz gastos para diminuir a necessidade governamental de divisas em Real. O governo promete que os juros baixarão se suas medidas forem aceitas pelo Congresso e pela sociedade, mas o sentido de suas medidas é o oposto: garantir divisas para pagamento destes juros.

Há uma flagrante contradição: se para o governo a causa da crise era externa, porque as medidas tomadas são exclusivamente de política interna? Mas os problemas vão muito além desta distância entre discurso e prática.

A consequência direta do aumento de impostos é a recessão, isto é, falências, concordatas, inadimplência, desemprego, desespero, criminalidade, deterioração da qualidade de vida. O corte de gastos públicos, que atinge as universidades e outros serviços públicos mais diretamente, também é recessivo. Com um agravante: pela queda da atividade econômica e pelo aumento da informalidade, a recessão derruba a arrecadação fiscal, inutilizando o esforço feito.

Ora, a causa maior do déficit fiscal são os juros, que foram colocados nas alturas para atrair dólares por causa do déficit cambial. Daí ser absurdo que nada tenha sido proposto para atacar diretamente o déficit cambial: estímulos à exportação, cotas de importação, aumento de tarifas alfandegárias, mudança de política cambial, centralização do câmbio, nada disso foi proposto. Ao contrário: o aumento de impostos como o CPMF e o COFINS encarece os nossos produtos e dificulta as exportações.

Um único fator passa a contribuir, muito indiretamente, para a redução do déficit cambial: a recessão diminui importações e favorece exportações pela via da redução do poder de compra interno. Mas o economista que comemora este fato equivale ao médico que comemora a redução de custos em alimentos por causa da inapetência do paciente.

O sacrifício que se quer impor ao país é inútil. O alvo das medidas é errado. Pagaremos com aumento de impostos e com o corte de gastos públicos pela continuidade do desequilíbrio cambial e da política econômica antipatriótica e antipopular. O descalabro proposto é inaceitável.

.....
José Ricardo Figueiredo é docente da Faculdade de Engenharia Mecânica e ex-presidente da Adunicamp.

Bancos: banqueiros ou salafreiros

Valério José Arantes

Se eu fosse um cidadão suíço, teria vergonha e me sentiria culpado pela cumplicidade passiva e/ou ativa com os maiores criminosos do mundo - os banqueiros - receptadores de capitais roubados de países subdesenvolvidos, onde ainda proliferam doenças, fome, miséria e todos os tipos de desrespeito à dignidade de seres humanos.

Outro dia, sofri mais uma tentativa de assalto, praticada por bancários assalariados (geralmente explorados) a mando de banqueiros, que, direta ou indiretamente, assassinam muito mais seres humanos do que um psicopata, como o denominado "maníaco do parque".

A extorsão delicada e educadamente proposta, visava um roubo que evitasse outros; ou seja; desde que eu aceitasse pagar para participar numa tal de "conta combinada", estaria livre de algumas tarifas antigas, e outras novas (desconto de setenta centavos em cada folha de cheque compensada), decorrente das novas mudanças no Banespa.

Comparar um banqueiro suíço com um

brasileiro, é como comparar um "trombadão" com um "trombadinha", mas, para nós professores, com salários defasados, mesmo os pequenos furtos, são significativamente dolorosos em nossas parcas finanças.

Buscando uma alternativa mais viável, descobri que o Banco do Brasil instalado no campus, por enquanto não cobra extratos semanais, nem desconta os setenta centavos por folha de cheques, e oferece um talão de cheques especial que evita um segundo desconto de CPMF.

Nas palavras de um bancário: "Existem excelentes negócios em nosso país. Primeiro: ser dono de um banco; segundo: ser dono de um banco mal administrado; e; terceiro: ser dono de um banco falido".

Como não sou banqueiro e nem bancário, pretendo escolher dentre os males o menor, e abrir uma nova conta para amenizar os prejuízos decorrentes das "novas mudanças" no Banespa.

.....
Valério José Arantes é docente da Faculdade de Educação e membro da diretoria da Adunicamp.

Seminário discute o Plano Nacional de Educação, proposta da sociedade

A Adunicamp e a Oficina de Criatividade em Educação de Hortolândia (OCE) promoveram no último dia 14 de novembro o Seminário Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira - com a participação de mais de 100 professores de dez cidades da região. Segundo Odair Marques da Silva, da OCE, 80% dos participantes fazem parte das redes públicas municipais de ensino da região. Para ele, "o encontro tem efeito multiplicador porque novos eventos deverão ser agendados nos próximos meses. O nosso objetivo não é só discutir o Plano Nacional de Educação, mas os seus desdobramentos".

O Seminário foi dividido em dois temas. Pela manhã, o tema foi "As Diferenças Fundamentais entre o PNE Sociedade e PNE Governo", com a participação do Prof. Dr. César Augusto Minto (UFSCAR - SP), Profa. Dra. Helena de Freitas (Faculdade de Educação - Unicamp) e Profa. Dra. Maria da Graça Bollman (UFSC). No período da tarde, a temática foi "Diretrizes e Impactos para o Ensino Fundamental e Médio", que teve como participantes o Prof. Dr. César Nunes (Faculdade de Educação - Unicamp), Prof. José Clóvis de Azevedo (Secretário de Educação de Porto Alegre - RS) e Eduardo da Silva (mestrando do Gepec - Unicamp). A Adunicamp, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp, reproduziu mil cadernos com a íntegra do PNE - Sociedade que estão sendo distribuídos para bibliotecas de várias cidades da região para estimular a pesquisa e o debate sobre o assunto.